

SINDIPETRO-RS DEFENDE INCLUSÃO DA REFAP NA AGENDA DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

A diretoria do Sindipetro-RS reforçou a importância de **inserir a Refap na agenda estratégica do Pacto RS 25**, iniciativa voltada ao desenvolvimento sustentável e à transição energética Estado. Para os dirigentes, é fundamental que os investimentos previstos para o setor contemplem novas tecnologias e cadeias produtivas ligadas aos biocombustíveis, garantindo **desenvolvimento econômico** com **geração de empregos** e **soberania energética**. **PÁGINA 3.**



AUDIÊNCIA NO TST TRATA DA PLR 2019



"Na semana passada, a PLR 2019 foi pauta de audiência de conciliação realizada no Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília. A audiência teve a participação da FUP e da Petrobrás e teve como objetivo consolidar o acordo aprovado pela categoria, mas que ainda não havia sido implementado devido a exigências formais do próprio Tribunal.

Durante o programa **Papo Direto Online (PDO)** da sexta (27/2), os dirigentes do Sindipetro-RS atualizaram a categoria sobre o andamento do processo, destacando os avanços conquistados e os próximos passos necessários para garantir o pagamento.

FORMA DE ADESÃO - Os dirigentes explicaram que o principal entrave para a homologação do acordo não está relacionado aos valores, mas sim à forma de adesão. Inicialmente, o acordo havia sido aprovado como um instrumento coletivo, com validade para toda a categoria. No entanto, **o TST exigiu que a adesão seja individual**, por meio de um sistema que será disponi-

bilizado pela Petrobrás. Segundo os representantes do Sindicato, essa exigência levou a um longo período de negociações e ajustes na minuta.

"Quando a Petrobrás apresentou a minuta ao Tribunal para homologação, surgiu um problema em relação ao processo de adesão dos trabalhadores. O TST exigiu que a adesão fosse individual, o que demandou uma reformulação da minuta para atender essa exigência e garantir o direito de todos, inclusive aposentados e desligados após 2019", explicaram os dirigentes.

Apesar da mudança na forma de adesão, **o Sindicato ressaltou que não houve qualquer alteração nos valores da PLR** já aprovados pela categoria. "Para a categoria aqui no RS, não há alteração do valor financeiro. A única mudança é a forma de adesão, que terá que ser individual em um sistema que a companhia vai disponibilizar. A parte financeira a mesma."

NOVA MINUTA - Outra exigência do TST é que a nova minuta do acordo seja submetida novamente à apreciação da categoria em assembleias, mesmo mantendo os valores já aprovados anteriormente. O Sindicato destacou que **essa etapa é necessária para garantir a validade jurídica do acordo e sua posterior homologação**. O edital e o calendário das assembleias serão divulgados nos próximos dias, com previ-

são de início já na próxima semana. "O Tribunal exigiu que essa nova minuta fosse apresentada novamente aos trabalhadores em assembleia e que **o resultado seja encaminhado ao TST até o dia 20/3**. Por isso, vamos realizar assembleias para esclarecer todas as dúvidas e garantir que a categoria se manifeste sobre o acordo."

A audiência final de homologação está prevista para o dia 23/3, quando o Tribunal deverá formalizar o acordo, permitindo a abertura do sistema de adesão individual.

PAGAMENTO DEPENDERÁ DA ADESÃO E HOMOLOGAÇÃO FINAL

Após a homologação, a Petrobrás deverá disponibilizar o sistema para adesão individual, etapa necessária para a liberação do pagamento. A previsão é que haja **três períodos de adesão**, nos meses de **março, abril e maio**, com pagamento no dia 10 do mês subsequente à adesão. **A última data prevista para adesão é 31 de maio**, garantindo que todos tenham tempo para exercer seu direito.

Os dirigentes ressaltaram que a demora no pagamento está diretamente relacionada às exigências judiciais e à necessidade de garantir segurança jurídica ao acordo.



PLENÁRIA - No dia **5/3** será realizada, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, a **1ª Plenária Estadual do Macrossetor da Indústria da CUT**. Entre os temas que serão tratados, estão as campanhas salariais e plano de lutas. O Sindipetro-RS é uma das entidades que integram este Macrossetor.

VISITA I - O Sindipetro-RS recebeu, na sexta-feira (27), a direção do **Conselho Federal dos Técnicos (CFT)** e do



Conselho Regional dos Técnicos Industriais do RS (CRT/RS). As entidades trocaram informações e trataram temas de interesse da categoria petroleira.

ARAUCÁRIA NITROGENADOS - Na semana passada foi confirmado que os trabalhadores da Araucária Nitrogenados (Fafem/PR) foram novamente aceitos no Plano Petros 2. **A medida garante um direito fundamental para a segurança e o futuro dos trabalhadores**. O processo já havia sido aprovado pela Petros em 2024, pela CEST em 2025 e agora recebeu o aval final da PREVIC. **A Petros terá até 180 dias para concluir os procedimentos** e formalizar a Araucária Nitrogenados como patrocinadora do plano.

ARAUCÁRIA NITROGENADOS II

O retorno ao Plano Petros representa

mais um passo concreto na reconstrução da Araucária Nitrogenados, após anos de paralisação e luta dos trabalhadores e do movimento sindical. A medida reforça a retomada da unidade como parte estratégica do Sistema Petrobrás.

ARAUCÁRIA NITROGENADOS III

Outra importante notícia é a publicação do edital de concurso público para a Araucária Nitrogenados, com **vagas para cargos de nível médio e superior**. O concurso atende a um compromisso firmado no processo de retomada da fábrica e é fundamental para recompor o quadro de trabalhadores. Desde a reabertura da unidade, a falta de efetivo tem sido um dos principais desafios enfrentados pelos trabalhadores. O concurso é importante para garantir melhores condições de trabalho.



SINDIPETRO-RS - SINDICATO DOS PETROLEIROS DO RIO GRANDE DO SUL | FILIADO À FUP, CNQ E CUT

DIRETORIA RESPONSÁVEL: Miriam, Dary, Alex, Nalva, Cadore, Stelmaki, Medeiros, Trovo, Camile, Davi, Edgar, Terterola, Fábio, Karina, Lautert, Oscar, Tiago Maria, Geisa, Lisboa, Russo.

JORNALISTAS RESPONSÁVEIS: Nara Roxo (Mtb 6.771) e Rita Cardoso (Mtb 14.278)

SEDE PORTO ALEGRE - Rua Lima e Silva, 818, Cidade Baixa, CEP 90.050-100 | Telefone (51) 3226.2799 - secretaria@sindipetro-rs.org.br

DELEGACIA DE CANOAS - Rua Victor Barreto, 3288, Centro, CEP 92.010-000 | Telefone (51) 3472.4622 - delegaciacanoas@sindipetro-rs.org.br

DELEGACIA LITORAL NORTE - Rua Deolindo Maggi, 52, Centro, Osório, CEP 95.520-000 | Telefone (51) 3663.2763 - delegacialitoralnorte@sindipetro-rs.org.br

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

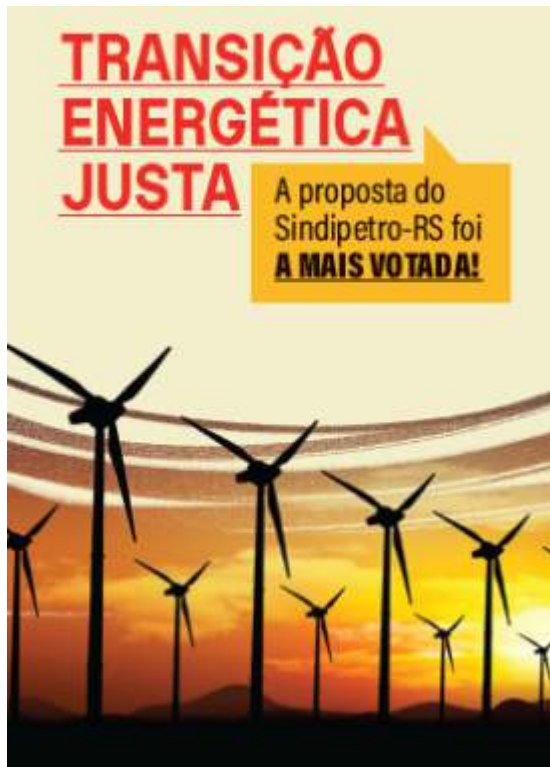
SINDIPETRO-RS DEFENDE INCLUSÃO DA REFAP NA AGENDA DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

A diretoria do Sindipetro-RS reforçou, durante o **PDO do dia 27/2**, a importância de inserir a Refap na **agenda estratégica do Pacto RS 25**, iniciativa voltada ao desenvolvimento sustentável e à transição energética Estado. Para os dirigentes, é fundamental que os investimentos previstos para o setor contemplem novas tecnologias e cadeias produtivas ligadas aos biocombustíveis, garantindo desenvolvimento econômico com geração de empregos e soberania energética.

Segundo o sindicato, apesar de o Pacto RS 25 apontar caminhos para o desenvolvimento sustentável, os investimentos atualmente previstos para a Refap ainda não incorporam projetos fundamentais ligados à transição energética. Um dos exemplos citados é a ausência de uma planta de combustível sustentável de aviação (SAF), que poderia ser integrada ao projeto do HDT III. De acordo com a diretoria, outras refinarias do Sistema Petrobrás já possuem iniciativas desse tipo em seus planejamentos, enquanto a Refap permanece fora dessa agenda estratégica.

EMPREGOS E DESENVOLVIMENTO

O Sindipetro-RS defende que a transição energética no Estado seja estruturada de forma integrada, garantindo benefícios econômicos e sociais para a população gaúcha. Para os dirigentes, o desenvolvimento da cadeia de biocombustíveis e do biorefino precisa ocorrer com responsabilidade social e



ambiental, assegurando geração de emprego, renda e agregação de valor no próprio Estado.

Os dirigentes destacaram que a inclusão da Refap na agenda da transição energética é uma pauta estratégica não apenas para os trabalhadores do setor, mas para todo o desenvolvimento do RS. Esta agenda envolve:

- Geração de empregos qualificados;
- Fortalecimento da indústria local;
- Valorização da agricultura familiar;
- Agregação de valor à produção regional;

- Desenvolvimento tecnológico e industrial;
- Soberania energética.

Para o sindicato, a transição energética não pode ser conduzida com retrocessos sociais ou ambientais, mas sim como um processo que promova desenvolvimento sustentável com justiça social.

SEMINÁRIO NA ALRS

Como parte dessa mobilização, o Sindipetro-RS, em parceria com o deputado estadual Pepe Vargas, **está organizando um seminário na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul**, marcado para o **dia 16/3**. O evento terá como foco o debate sobre a transição energética justa, soberana e com geração de desenvolvimento para o Estado.

A atividade reunirá trabalhadores, especialistas, parlamentares e representantes da sociedade para discutir caminhos concretos para inserir a Refap e o Rio Grande do Sul na nova economia energética global.

O Sindicato reforça que a participação da categoria será fundamental para fortalecer essa pauta estratégica. "Essa é uma agenda de soberania, de geração de empregos e de desenvolvimento para o nosso Estado.

O Sindipetro-RS está mobilizado e lutando para que esses investimentos aconteçam aqui, garantindo futuro para a Refap e para toda a categoria petroleira gaúcha."

SOLIDARIEDADE

PETRÓLEO PARA CUBA É UMA QUESTÃO HUMANITÁRIA

Os sindicatos petroleiros de todo o Brasil, organizados através da FUP e da FNP, intensificaram a **campanha em defesa do envio de combustíveis brasileiros para Cuba**. A iniciativa tem como base a solidariedade internacional e o entendimento de que o acesso à energia é uma necessidade humanitária fundamental. A campanha agrega federações petroleiras, sindicatos, movimentos sociais e organizações populares, que defendem que o Brasil, por meio de sua estatal, pode contribuir para amenizar a crise humanitária na ilha.

Cuba enfrenta atualmente uma grave escassez de combustíveis, **o que afeta diretamente a geração de energia elétrica, o funcionamento de serviços essenciais e o cotidiano da população**. Grande parte da eletricidade do país é produzida por usinas termelétricas movidas a diesel, tornando o acesso ao combustível uma questão vital. Historicamente, a Venezuela era a principal fornecedora de petróleo para Cuba, mas **sanções e bloqueios intensificados pelo governo dos Estados Unidos interromperam esse fluxo, agravando ainda mais a situação**. O bloqueio econômico imposto há décadas contra Cuba, e recentemente intensificado, tem impacto direto sobre a população, **dificultando o acesso a combustíveis, medicamentos e outros insumos essenciais**. No **dia 13/2**, a FUP já havia enviado ofício à Petrobrás solicitando reunião para discutir a possibilidade de envio de combustíveis para Cuba.

A campanha deve continuar nas próximas semanas, com novas ações políticas e institucionais. Para os sindicatos, a campanha representa um compromisso com a solidariedade internacional e com a defesa da dignidade humana. Garantir combustível para Cuba, neste momento, é contribuir diretamente para aliviar o sofrimento de uma população inteira e reafirmar o papel da solidariedade como valor fundamental entre os trabalhadores e os povos.



INFORME JURÍDICO

PROCESSO COLETIVO DOS REPOUSOS SINDIPETRO X TRANSPETRO

Segundo **informações da assessoria jurídica do Sindicato, Dr. Adão Blumberg**, o perito do juiz no processo (0011262-20.2013.5.04.0271), após um ano para apresentar cálculos complementares – o anterior foi até junho/2016 – juntou-os nos autos no **dia 23/2**. O Sindicato ainda não foi intimado para manifestação, o que deve ocorrer nos próximos 30 dias. Importante destacar as seguintes questões:

1) Tanto sindicato como Transpetro terão prazo para se manifestar sobre os cálculos. Pode haver concordância ou impugnação de uma das partes ou de ambas. Ocorrendo isso, o processo volta ao perito para manifestação. **É impossível, neste momento, precisar prazos ou valores.** Os cálculos estão em análise e discussão;

2) Somente após a homologação e/ou nenhum recurso das duas partes é que se terá ideia de valor e prazo para recebimento. Foi assim quando do primeiro cálculo e pode ser assim agora. **A assessoria jurídica do Sindicato está tomando as medidas judiciais necessárias** e brevemente terá um quadro mais definido;

3) Somente após o término dos cálculos complementares é que se poderá discutir no processo a extensão da decisão judicial para os trabalhadores que não estavam lotados no RS à época do ajuizamento do processo (2013) ou que por outro motivo não constaram da relação original.

Fiquem atentos e assim que o Sindicato tiver novas informações estará repassando aos trabalhadores/as.

INFORME JURÍDICO

SITUAÇÃO EM MG REABRE FERIDAS DO RS

Os gaúchos estão entre os que mais podem compreender o drama vivido pela população mineira neste momento. As enchentes em Minas Gerais já somavam, no sábado (28), **mais de 65 mortos em Juiz de Fora e seis em Ubá**, além de desaparecidos. As chuvas provocaram alagamentos e deslizamentos de terra, com equipes de resgate atuando na busca por sobreviventes e vítimas. Em Juiz de Fora, **mais de 4,2 mil pessoas estão desabrigadas** e a Defesa Civil registrou 2.149 ocorrências desde o dia 24. Assim como ocorreu no RS, **o governo federal atuou rapidamente**, mobilizando Exército e Defesa Civil, além de disponibilizar apoio estrutural e financeiro emergencial às regiões atingidas.



ALERTAS EXISTIAM E RECURSOS ESTAVAM DISPONÍVEIS - Também à semelhança do RS, alertas prévios indicavam o risco de tragédias. Estudos do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) identificaram **1.942 municípios brasileiros** com população vivendo em áreas de risco. Juiz de Fora aparecia em 9º lugar neste ranking.

No caso de MG, o governo estadual reduziu os recursos do programa de combate aos impactos das chuvas de **R\$ 135 milhões** para apenas **R\$ 6 milhões** entre 2023 e 2025. O presidente Lula criticou a falta de iniciativas do governo mineiro para acessar os recursos federais, afirmando que **R\$ 3,5 bilhões estavam disponíveis por meio do PAC**, mas nenhum projeto foi apresentado. Para Lula, uma situação que representa um “descaso histórico com o povo pobre”.

SOLIDARIEDADE É FUNDAMENTAL - Assim como ocorreu no RS, **a solidariedade tem papel decisivo**. O Sindipetro-MG e o Comitê pela Cidadania promovem campanha de arrecadação para apoiar a população atingida. A FUP já aprovou contribuição de R\$ 10 mil, e as doações podem ser feitas via **PIX (CNPJ 74.068.818/0001-82)** até 6 de março, com destinação definida em conjunto com a Defesa Civil e autoridades locais.

SERVIÇOS

PLANTÕES JURÍDICO E DE ASSISTENTE SOCIAL

ESCRITÓRIO COSTA ADVOGADOS (Direito Civil e Tributário) - **Dr. Lúcio Costa** e **Dra. Graciele Santiago Gonçalves** - Deve ser enviado um e-mail para **atendimento@costaeadvogados.adv.br**

ESCRITÓRIO DIREITO SOCIAL (Direito Trabalhista e Previdenciário) - **Dr. Abrão Blumberg** e **Caroline Anversa** - Agendamento através do **WhatsApp (51) 992.921.642**.

ASSISTENTE SOCIAL - **Jaqueline da Costa** - Atendimento pode ser agendado pelo WhatsApp da Secretaria **(51) 998.943.814**.

NOTAS

MARIELLE I

Depois de **2.905 dias** do crime que matou **Marielle Franco** e **Anderson Gomes**, os mandantes do assassinato foram condenados a penas que variam de **9 a 76 anos de prisão** pelo **crime de execução política**. Eles também foram condenados ao pagamento de indenização. Marielle foi morta em pleno exercício do mandato de vereadora, por **enfrentar a milícia, denunciar a grilagem de terras e barrar negócios ilegais** na zona oeste do Rio. Os condenados são Domingos Brazão, conselheiro do Tribunal de Contas do RJ; Chiquinho Brazão, ex-deputado federal; Rivaldo Barbosa, delegado da Polícia Civil do RJ; e Ronald Paulo Alves Pereira, major da Polícia Militar.

MARIELLE II

A decisão do STF foi por unanimidade e todos estão presos preventivamente. Segundo a delação premiada do ex-policial Ronnie Lessa, réu confesso de fazer os disparos de arma de fogo contra a vereadora, os irmãos Brazão e Barbosa atuaram como os mandantes do crime; Rivaldo Barbosa teria participado dos preparativos da execução do crime; e Ronald é acusado de fazer o monitoramento da rotina da vereadora e repassar as informações para o grupo. Robson Calixto teria entregue a arma utilizada no crime para Lessa.

TRABALHO FORÇADO I

O Diário Oficial da União publicou, dia **25/2**, o Decreto 12.857 promulgando o Protocolo de 2014 relativo à **Convenção 29 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)** sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório. Com isso, o Brasil oficializa sua adesão a **um dos principais instrumentos internacionais de enfrentamento às formas modernas de trabalho forçado**, como o tráfico de pessoas e a servidão por dívida. A Convenção 29 da OIT exige que os Estados que aderiram a ela **eliminem todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório** e assegurem sanções penais eficazes a quem adotar a prática. O protocolo atualiza as normas para prevenção, proteção e reparação de vítimas e para enfrentamento das novas formas de trabalho forçado.